

A formação do pedagogo e os saberes necessários à uma prática reflexiva

Autora: Vânia Batista dos Santos. CFP/UFCCG

vaniabatista.santos@bol.com.br

Co-autora: Luciana Bento da Silva. CFP/UFCCG

lucianabento_cz@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo aborda reflexões sobre o processo formativo do pedagogo no momento atual, destacando as finalidades da formação acadêmica em Pedagogia em diferentes momentos históricos, suscitando ainda, discussões acerca dos saberes, habilidades e competências exigidas aos pedagogos no contexto atual. A importância atribuída aos autores estudados justifica-se pela amplitude e atualidade dos seus estudos, ao acreditarmos que suas contribuições teóricas oportunizam elementos teórico-metodológicos que podem promover mudanças na estruturação curricular dos Cursos de Pedagogia, e conseqüentemente, vislumbrar possibilidades de definição da identidade e valorização profissional dos pedagogos na sociedade atual. Procuramos estabelecer sintonia entre o pensamento desses estudiosos, a exemplo de Freire (1996), Libâneo (2001), Pimenta (2002), Nóvoa (1997), Gómez (1997), dentre outros que serão destacados no decorrer deste estudo, objetivando o aprofundamento das discussões acerca do processo formativo do pedagogo, defendendo o princípio dialético da ação-reflexão-ação como fundamento imprescindível na formação em questão. Apresentamos ainda, reflexões sobre um possível caminho que direcione um processo formativo baseada no desenvolvimento das dimensões político-pedagógica e científico-investigativa por parte dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Pedagogia – Formação - Saberes – Prática Reflexiva

Os Cursos de Pedagogia no Contexto da Sociedade Globalizada

Atualmente vivemos num mundo caracterizado pelo avanço tecnológico e econômico, que vem impondo mudanças no mundo do trabalho, abrangendo todas as esferas da sociedade. Essas transformações que se instalam dentro do modelo capitalista, têm influenciado significativamente nas formas de organização do trabalho, principalmente, no âmbito educacional, quando exige dos profissionais da educação uma formação integral e sólida, baseada no desenvolvimento de competências,

englobando a formação e as práticas educativas desenvolvidas pelos professores, modificações estas baseadas e estabelecidas por numa nova política educacional que irradia o mundo inteiro.

Refletir sobre a formação dos profissionais da educação sem antes pensar nas políticas públicas instauradas no Brasil nas duas últimas décadas, nos remete a não compreensão da relação existente entre a globalização da economia, o avanço tecnológico e as políticas públicas educacionais.

Dessa forma, é importante compreendermos que por trás de tantas mudanças que aos olhos de poucos que compõe a classe dominante são “qualitativas” existem interesses econômicos bastante complexos forjados pela retórica da “qualidade total” e que nas entrelinhas só contribuem para a redução dos gastos públicos para a educação, aumentando a cada dia a desvalorização dos profissionais da educação.

Assim é que conforme pensamento de Warde e Haddad (2000, p. 11)

“... vamos assistindo à “naturalização” dos significados dessas reformas para vários países do Terceiro Mundo: descentralização, capacitação dos professores em serviço, livros didáticos, guias curriculares, educação à distância, prioridade ao ensino primário, assistencialismo ou privatização para os demais níveis de ensino. Suas orientações vão sendo universalizadas, como receituário único, independentes da história, cultura e condições de infraestrutura dos países”.

No contexto dessas orientações e mudanças, estão as reformas educacionais, fazendo o itinerário da globalização econômica, através da reprodução dos interesses da classe dominante, utilizando como instrumento de poder e manipulação a educação formal, quando atribui à educação escolar a função de contribuir para o desenvolvimento das competências que a sociedade do conhecimento determina sem ao menos questionar quais caminhos e perspectivas as classes populares almejam trilhar.

No que se refere especificamente as políticas de formação de professores podemos constatar na análise das Diretrizes Nacionais para Formação de Professores as múltiplas facetas das políticas de formação, definindo competências e habilidades, determinando processos avaliativos para o desempenho do professor e severas orientações curriculares que definem o que pode e deve ser ensinado.

Segundo Freitas (1999, p. 140),

“a luta pela formação do educador que está inserida na crise educacional brasileira, é parte de uma problemática mais ampla, expressão das condições econômicas, políticas e sociais de uma sociedade marcada pelas relações capitalistas de produção e, portanto, profundamente desigual, excludente e injusta, que coloca a maioria da população em uma situação de desemprego, exploração e miséria”.

Nesse ínterim, a formação dos profissionais da educação é uma temática que tem sido discutida com os mais diferentes objetivos dentro da problemática educacional. Os estudos realizados apontam para a necessidade de uma formação mais eficiente e crítico-reflexiva desses educadores. A política educacional instaurada no século XXI tem instigado os profissionais da educação a refletirem a formação acadêmica que tiveram, e conseqüentemente, a prática educativa que podem oferecer aos demais componentes da sociedade.

No bojo dessas mudanças encontra-se o Curso de Pedagogia resistindo à desvalorização e indefinições que vem se acentuando ao longo das últimas duas décadas, ocasionadas por essa nova estrutura da sociedade atual.

Na perspectiva de tornar essa problemática mais clara é imprescindível resgatar algumas ambigüidades e equívocos que vem permeando o curso de Pedagogia, desde a sua criação em 1939, de acordo com alguns parâmetros legais.

Para Libâneo e Pimenta (2002, p. 17),

O curso de Pedagogia sem entrar no mérito de sua função, isto é de formar professores ou especialistas ou ambos – pouco se alterou em relação à Resolução nº 252/69 [...] o antigo Conselho Federal de Educação expediu alguns pareceres sobre “currículos experimentais”, mas nenhum deles, a rigor, apresenta algo realmente inovador.

No contexto da ditadura militar o curso de Pedagogia recebeu várias críticas, acerca da fragmentação da formação do pedagogo, a separação entre teoria e prática, principalmente pela efervescência dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade que norteavam o ensino superior.

É mister destacar, que o Parecer 252, de 1969, definiu a estrutura curricular do curso de Pedagogia, sendo considerado o parâmetro legal mais claro acerca da função do referido curso, vigorando até pouco tempo atrás com a promulgação da LDB de 1996, Lei nº 9394/96, estabelecendo no art. 64 que

“a formação de profissionais de educação para planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional”, retirando assim do curso de Pedagogia, a partir do disposto no art. 62 “a formação de docentes para atuar na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, através do Curso Normal Superior”.

Essas mudanças vêm provocando a mobilização de educadores, instigando debates e reflexões que impulsionam o redimensionamento dos cursos de formação de profissionais da educação. Diante do exposto, convém refletir se as reformas curriculares propostas pelas instâncias superiores que regem a educação brasileira garantem a superação do desgaste social, político e profissional dos educadores.

Segundo Libâneo e Pimenta (2002),

“não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares [...] faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais de educação, incluindo a definição dos locais institucionais do processo formativo”.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, exige uma formação de qualidade, alicerçada no ensino superior, onde o futuro pedagogo, inserindo na realidade escolar, tenha uma visão da totalidade do seu trabalho pedagógico.

Dessa forma, uma nova mudança se instaura a partir das novas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia apresentadas a partir do parecer CNE/CP nº 3/2006 o Curso de Pedagogia apresentando como objetivos a formação do profissional para atuar no magistério: da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e da formação pedagógica do profissional docente; na gestão do trabalho pedagógico na educação formal e não formal propõe-se a formação do pedagogo que, a partir da compreensão e da análise do todo em que se construiu a organização do trabalho educativo, seja capacitado para atuar na docência e na gestão do trabalho pedagógico, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação dos sistemas e unidades e projetos educacionais. O trabalho pedagógico será o principal articulador dessa formação, sendo fundamental, a base da organização curricular e da identidade profissional.

Os desafios do processo formativo e da atuação do pedagogo no momento atual

As discussões teóricas em torno da formação e atuação do pedagogo nos conduz ao entendimento de que o eixo central da formação dos profissionais da educação é o trabalho pedagógico, fato que nos leva a refletir sobre o espaço de atuação do pedagogo, e principalmente, quais competências devem ser por ele desenvolvidas para atuar eficientemente no processo educativo.

Freitas (1999) afirma que “grande parte dos problemas relativos à formação de professores não está vinculado a grandes proposições teóricas, mas depende, sim, de medidas concretas que convertem em realidade a vasta produção teórica, no campo educacional”.

Desse modo, a formação dos profissionais da educação exige atualmente um caráter amplo e prático, mostrando que é necessário ir além do conhecimento teórico, permitindo que os indivíduos se preparem filosoficamente, cientificamente, acima de tudo humanamente, para que consigam realizar intervenções pedagógicas significativas, priorizando as relações afetivas que se estabelecem no cotidiano escolar.

Ao pensarmos no objetivo da formação em Pedagogia consideramos pertinente ressaltar o pensamento de Libâneo (2001) ao expressar que “a pedagogia antes de desdobrar-se em docência, tem um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias, englobando a escola, os professores, o aluno, os saberes e o contexto socioinstitucional”. Essas considerações nos levam a entender que nenhum das demais ciências da educação estuda essa problemática especificamente, por isso consideramos imprescindível refletir acerca da formação e atuação do pedagogo, percebendo quais são as reais contribuições que esse profissional pode vislumbrar no contexto escolar a partir dos saberes construído no seu processo formativo.

A tradição tecnicista que tem baseado a formação e atuação dos educadores tem descaracterizado sua verdadeira função, a qual entendeu como ações complexas que dependem dos saberes construído em diversas áreas do conhecimento humano, além de tudo devem pautar-se no processo dialético da ação-reflexão-ação, uma vez que o processo de formação do educador inicia-se antes da sua formação acadêmica, se estendendo no decorrer da graduação, e posteriormente na sua prática educativa e na

formação continuada, por isso a necessidade de interligar os saberes construídos durante toda a vida.

A reflexão sobre as mudanças exigidas na prática educativa enquanto educadora e pedagoga atuando nas escolas do Sistema Municipal de Ensino nos levou a realizar um trabalho acadêmico dessa natureza na perspectiva de aprofundar e conhecer melhor essa temática, por perceber a sua relevância nas discussões em torno das novas Diretrizes Curriculares Nacionais que apontam como base de formação para o curso de Pedagogia, a docência.

Nesse ínterim, os constantes questionamentos em torno da formação e atuação do pedagogo, apontam que as mudanças ocorridas na estrutura curricular dos cursos não garantem conquistas legais efetivas, além de não explicitarem as transformações de cunho teórico-investigativo, tão necessário à reconstrução dos Cursos de Pedagogia.

No contexto atual, as capacidades e competências exigidas ao pedagogo-educador são colocadas de forma abrangente. Dessa forma, a situação educacional atual nos leva a refletir sobre as competências e habilidades exigidas aos educadores na sociedade do conhecimento, pois, a competitividade gerada pelo neoliberalismo e pelas novas maneiras de organização do trabalho exige dos profissionais da educação “a capacidade de mobilizar recursos cognitivos – que inclui saberes e informações e habilidades operatórias [...] para, com eficácia e pertinência, enfrentar e solucionar uma série de situações ou de problemas” (PERRENOUD, 2001, p.18).

Em face disso problematizamos: a nova estrutura curricular apresentada para o curso de pedagogia voltada à formação de docentes para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental atende as necessidades e as novas exigências educacionais? A nova estrutura curricular facilita a compreensão desses profissionais no que se refere à definição da sua identidade e atuação no contexto escolar? O modelo de currículo apresentado como base de formação oportuniza o desenvolvimento de competências que habilitam esse profissional para exercer uma prática docente voltada para os interesses das classes populares?

Em nossa ótica, os currículos do Curso de Pedagogia, devem ser norteados por pensamentos que nos remetam a formação tanto social e histórica quanto epistemológica de cada indivíduo, voltados sempre para as especificidades de cada um, para suas necessidades e também para as necessidades e interesses de toda a

comunidade escolar, haja vista que “o currículo é a forma como contemporaneamente organizamos o conhecimento e o saber (...) no fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de “identidade” ou de “subjetividade” Silva (2000, p. 15). Se quisermos recorrer à etimologia da palavra curriculum, “pista de corrida”, podemos dizer que é no curso desta “corrida” que o currículo nos torna o que somos. Nas discussões cotidianas quando pensamos em currículo relacionamos apenas a conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está centralmente e vitalmente envolvido naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade.

Por outro lado, formar profissionais em Cursos de Pedagogia, para atuarem nas escolas e não prepará-los para acompanhar as inovações apresentadas pelo mundo globalizado e em constante transformação, é um pensamento puramente reprodutor, e como podemos perceber as novas propostas a respeito do processo de aprendizagem mostra-nos que os rumos da educação convergem para situações em que os alunos devem desenvolver conteúdos que lhes proporcionem um embasamento tanto no aspecto didático-epistemológico do processo quanto no aspecto sócio-cultural do qual fazem parte.

Dentro das questões referentes à formação dos profissionais da educação, consideramos pertinente ressaltar a problemática específica do campo da Pedagogia, que permeia o seu conhecimento teórico-investigativo, passando pela formação oferecida aos pedagogos e se estendendo a questão política e social dos profissionais,

Segundo Libâneo (2001),

“[...] o que se pode ver, por exemplo, na insistência em temas como: a docência como base da identidade de todo educador, a divisão do trabalho na escola, a separação conteúdo-método, a escola como local de trabalho capitalista. Junto a essas dificuldades, é visível que a profissão do pedagogo, como o do professor, tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiências de formação, desvalorização profissional implicando baixo status e profissional, falta de condições de trabalho, etc” .

Reforçando esse pensamento, acreditamos que todas as entidades educacionais, as instituições superiores de educação e acima de tudo o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), precisam “colocar os pés no chão” e definir com compromisso

político e eficiência que profissional pretendem formar, onde, como e quais condições são oferecidas para a formação do profissional da educação no século XXI.

Freire (1996) aponta alguns caminhos que podem ser trilhados no processo formativo do educador, mostrando em primeira instância a importância de compreendermos e vivermos este processo formador, percebendo “desde o começo do processo que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma”.

Na perspectiva de refletir e instigar iniciativas teórico-práticas que minimizem as indefinições e questionamentos que permeiam o processo formativo e atuação dos profissionais que atuam no contexto educacional é que apontamos como elemento dinamizador o desenvolvimento da capacidade de abstração, a reflexão sobre a prática e a habilidade criativa de realizar intervenções pedagógicas que provoquem mudanças significativas no cotidiano escolar, atitudes extremamente exigidas ao educador.

O pedagogo e os saberes necessários à prática educativa reflexiva

Ao abordarmos a questão dos saberes necessários à prática educativa é imprescindível pensar a formação e atuação do pedagogo-educador, como um momento em que a prática reflexiva deve nortear a tomada de decisão no contexto escolar. Nessa perspectiva, enfatizamos a contribuição inovadora de Freire (1996) ao destacar em suas reflexões “a prática educativa como ato político” e sendo um ato político exige dos educadores consciência e criticidade dos procedimentos e atitudes que constituem a sua prática.

Ao afirmar que “não há docência sem discência”, Freire (1996) nos conduz a realizar profundas reflexões sobre a prática docente, nos colocando, enquanto educadores na condição de reconhecimento e reafirmação do seu pensamento quando diz que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, homens e mulheres descobriram que era possível ensinar”, nos alertando ainda para a compreensão de que “ensinar não é transferir conhecimentos”.

Com base no exposto, entendemos que os educadores, além de se fundamentarem nos elementos destacados anteriormente devem compreender, conforme defende Freire (1996) que “o ato de ensinar é uma especificidade humana” e por sê-lo exige compromisso e competência profissional, não só a competência científica, mas a

capacidade de entender que sua intervenção através do ato educativo pode contribuir com a formação de seres humanos autônomos, críticos e participativos.

Como se percebe, Freire (1996) defende um perfil de profissional da educação politizado, capaz de exercer uma prática educativa reflexiva que esteja a serviço da humanização da sociedade. Certamente, as orientações teórico-metodológicas de Paulo Freire associadas a outras formas de saberes educacionais muito tem a contribuir na direção da construção de um processo formativo reflexivo de educadores.

Na visão de Gómez (1997), o profissional reflexivo é construtor do seu conhecimento profissional, “o que incorpora e transcende o conhecimento emergente da racionalidade técnica”, enquanto articulador/mediador do processo educativo o educador deve “permitir e provocar o desenvolvimento das capacidades e competências implícitas no conhecimento –na – ação [...], na reflexão – na – ação e na reflexão sobre a reflexão – na – ação” .

O *conhecimento – na – ação* refere-se ao conhecimento que aplicamos em nossas ações, fruto de nossas experiências e que utilizamos no cotidiano. A *reflexão – na – ação* é a reflexão que devemos fazer, enquanto educadores, sobre os acontecimentos do contexto escolar, especialmente nas relações de ensino e aprendizagem, problematizando as situações e colocando novas questões. A *reflexão sobre a reflexão – na – ação* refere-se à reflexão realizada posteriormente, seria uma retrospectiva de nossas ações em situações problemáticas sobre a *reflexão – na – ação*.

Nóvoa (1997) aprofunda os estudos acerca do professor reflexivo, enfatizando que é impossível imaginar uma profissão docente em que as práticas reflexivas não existissem e que tentar identificá-las e construir as condições para que elas possam se desenvolver é o grande desafio para os educadores na sociedade do conhecimento.

Assim, ancorados no pensamento dos autores supracitados entendemos que a formação do profissional reflexivo deve estar baseada na relação entre formação – ação educativa, já que a reflexão sobre a prática, a troca de experiências e saberes se consolidam em espaços de formação mútua e de construção de conhecimentos.

Considerações Finais

As reflexões realizadas no presente estudo se inserem num conjunto de questionamentos formulados ao longo do nosso processo formativo e da prática educativa desenvolvida, enquanto pedagoga atuando em escolas públicas do sistema

municipal de ensino e educadora do Curso de Pedagogia. Por tratar-se de um estudo ainda em processo de construção, haja vista que as discussões acerca da problemática supracitada constituem um leque de indagações que compõem um processo investigativo em andamento, defendemos que o referido estudo não se esgote neste momento, uma vez que se faz necessário aprofundar com rigor científico os campos de pesquisa que envolve a referida construção teórica.

A preocupação precípua com este estudo deve-se ao fato de, ao analisarmos as políticas educacionais instituídas no Brasil ao longo das últimas duas décadas, especialmente, no que se refere à formação dos profissionais da educação, percebemos uma série de indefinições e ambiguidades que vem nortear a formação acadêmica e a prática dos educadores.

No bojo dessas discussões estão os cursos de Pedagogia e como se percebe tão claramente, apesar dos movimentos e organizações de educadores representarem um papel extremamente importante na busca da construção da identidade e valorização dos profissionais da educação, ainda há muito que se galgar, haja vista que “as mudanças ocorridas na estrutura curricular dos cursos não garantem conquistas legais efetivas, além de não apontarem as transformações de cunho teórico e pedagógico investigativas, tão necessárias para a reconstrução dos cursos de formação de professores” (LIBÂNEO, 2001. p.35).

Nesse sentido, acreditamos que o curso de Pedagogia deve procurar desenvolver saberes amplos, considerando as dimensões ética, estética e política da formação dos profissionais da educação, estabelecendo uma relação intrínseca com os saberes pedagógicos e científicos necessários e exigidos no cotidiano escolar.

Sendo assim, entendemos a formação e a prática dos profissionais da educação como um processo dinâmico, em que os saberes não são formados e consolidados de forma estanque, eles são construídos ao longo da vida, nos diferentes espaços e dentre esses na própria prática educativa, que sendo pensada na e para a ação reflexiva, nos conduzirá a compreensão dos saberes exigidos no processo formativo dos educadores, e conseqüentemente, na sua prática docente.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Helena Costa Lopes. **A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores**. Educação e Sociedade: Formação de profissionais da educação, políticas e tendências; Campinas: Cedes, 1999. Número especial, 68.

GOMEZ, Angel Perez. **O Pensamento Prático do Professor: A formação do professor como profissional reflexivo**. In: NÓVOA, Antônio (Coord.). Os Professores e sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia, pedagogos, para quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças**. In: PIMENTA, S.G. (Org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-57.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os Professores e sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PERRENOUD, Phillippe. et al. (Orgs.). **Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade - uma introdução as teorias do currículo**. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2000.

TOMMASI, Livia de, Mirian Jorge Warde, Sérgio Haddad (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

